

LEITURA E ESCRITA: LENDO O (IN)VISÍVEL E ESCREVIVENDO A CIDADANIA

Lauricéa Francisco da Silva (1); Maria de Nazaré Castro Trigo Coimbra (2)

(1) *Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia – ULHT*, telprofessora@hotmail.com

(2) *Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia – ULHT* nazarecoimbra@gmail.com (Orientadora)

RESUMO: Atualmente, a aprendizagem da leitura e escrita é considerada fundamental, para integração do indivíduo na sociedade. O presente estudo tem como objetivo relacionar as concepções dos professores e alunos, sobre a importância da leitura e escrita, para o exercício da cidadania, com a concretização de atividades de ensino e aprendizagem que valorizem a função social da linguagem, em sala de aula, no Ensino Fundamental II, no município de Pedras de Fogo- PB. Utilizando uma abordagem qualitativa, os docentes foram consultados por meio de entrevista estruturada, de forma a investigarmos as concepções dos professores sobre o ensino-aprendizagem da leitura e escrita, numa perspectiva de educação para a cidadania. Por sua vez, foi ainda aplicado um inquérito por questionário, a alunos do Ensino Fundamental II fase, possibilitando o cruzamento com as opiniões dos docentes, assim como uma análise comparativa dos resultados obtidos, em ambos os instrumentos de recolha de dados. Os resultados mostram que os alunos e professores convergem no mesmo entendimento. É visível a importância conferida à motivação, tanto em sala de aula, quanto em ambiente familiar, pois influencia as atividades de leitura e escrita. Além disso, os professores reforçam o trabalho colaborativo entre docentes de todas as disciplinas e áreas curriculares, no que concerne o aperfeiçoamento de competências comunicativas. Uma última vertente, previamente referenciada, tem a ver com a colaboração entre a escola e família, porquanto ambas são instituições percebidas como responsáveis pela promoção dessas competências comunicativas, fundamentais para aperfeiçoar a cidadania, transformando os estudantes em cidadãos informados e ativos.

Palavras-chave: Leitura, escrita, aprendizagem, Escola, cidadania.

INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita constituem fatores fundamentais, para a inserção do ser humano na sociedade atual. O ato de ler pode fornecer ao leitor acesso às informações, à ampliação do vocabulário e ao desenvolvimento da criticidade. Além disso, motiva o interesse pelo conhecimento sobre assuntos variados e impulsiona as relações sociais, em comunidade. Em consonância com Freire (2008), acreditamos que a leitura deve ser um ato crítico e reflexivo, não podendo ser identificado, simplesmente, como a decodificação da palavra escrita. Entendemos que a compreensão e a significação de todo texto só acontecerá se houver uma leitura entrelaçada com a percepção do contexto, ao qual o sujeito pertence, enquanto membro de uma comunidade.

Na história da educação, percebemos que, em todas as épocas, a escola foi seletiva, configurando-se como um privilégio de poucos (Saviani, 2008). As sociedades sempre excluíram os que consideravam “inferiores”. Durante

muito tempo, pobres, mulheres, escravos, imigrantes, deficientes, e outros grupos minoritários tiveram seu acesso negado à educação formal, por serem considerados inaptos ou não merecedores de fazer parte da sociedade. Foram excluídos, também, aqueles que abandonaram cedo a escola, por apresentarem dificuldades em acompanhar o modelo de escola implantado, por serem indisciplinados, ou por necessidade de trabalhar, para ajudar no sustento da família. Deste modo, verificava-se, pois, a primazia de uma escola antidemocrática e excludente.

Apenas recentemente tem havido um maior empenho em universalizar a educação, de forma a torná-la acessível e integradora de todos os alunos, apesar da sua heterogeneidade social e cultural, numa perspectiva de escola inclusiva (Alarcão, 2007; 2001). Neste enquadramento, as competências de leitura e escrita emergem, processualmente, como condição de sucesso e qualidade educativa, porquanto são transversais a todo o currículo, atravessando diversas áreas de saber (Kleiman, 2008).

A pesquisa que se propõe tem, por base, uma situação-problema. Em concordância, enunciamos a questão de partida, que direcionará o estudo: Até que ponto as concepções de professores e alunos, sobre a importância da leitura e da escrita, para o exercício da cidadania, influenciam as práticas de ensino e aprendizagem, no Ensino Fundamental II, no município de Pedras de Fogo? Com o intuito de responder à questão de partida, definimos o nosso estudo relacionar concepções dos professores e alunos, sobre a importância da leitura e escrita, para o exercício da cidadania, com a concretização de atividades de ensino e aprendizagem que valorizem a função social da linguagem, em sala de aula, no Ensino Fundamental II, no município de Pedras de Fogo.

METODOLOGIA

De acordo com a questão de partida e os objetivos delineados, optou-se por desenvolver uma pesquisa predominantemente qualitativa. Esta abordagem pode proporcionar uma análise aprofundada de concepções e práticas, na área educacional, oportunizando uma visão mais ampla e pormenorizada do cotidiano escolar. Desta forma, poderá revelar-nos as percepções subjetivas dos sujeitos de pesquisa, a observar e a analisar, a partir do conhecimento teórico do investigador, sistematizado na revisão da literatura. De acordo com Richardson (1999, p., 26): “O método científico fundamenta-se na observação do mundo que

nos rodeia. (...) devemos aprender a observar de maneira mais aberta possível, para que possamos questionarmo-nos sobre o que, porque e como são os fenômenos”.

SUJEITOS DA PESQUISA

Estão matriculados no colégio 1.047 alunos. Quanto ao corpo docente, compreende 25 professores do Ensino Fundamental II Fase, 6 professores do Ensino Fundamental I Fase, 3 monitores de alunos especiais e 5 professores da EJA (Educação de Jovens e Adultos) do 1º segmento.

Os sujeitos participantes totalizam 8 professores do Ensino Fundamental II Fase (6º ao 9º ano) e 60 alunos desses anos, selecionados aleatoriamente.

A seleção dos professores justifica-se por lecionarem o Ensino Fundamental e por exercerem uma prática docente centrada no desenvolvimento de atividades de leitura e escrita, numa perspectiva de educação para a cidadania, de acordo com as indicações curriculares em vigor. Esses professores fazem parte do quadro dos profissionais concursados da escola, com exceção de um professor que é contratado.

Assim, os sujeitos participantes, no que se refere à equipe do corpo docente, são todos professores licenciados de Ensino Fundamental II Fase, habilitados para ensinarem as disciplinas em que atuam. Para preservar o anonimato dos docentes, estes serão referenciados como Prof. 1 a Prof. 8, no cumprimento da regra do anonimato científico.

FONTES E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

O nosso estudo começou com uma pesquisa bibliográfica focalizada, privilegiando a interlocução entre o pesquisador e o texto. Este trabalho ativo de leitura, questionamento e reflexão possibilita ao pesquisador produzir conhecimento a respeito de um assunto. Em acréscimo, o questionamento aprofunda-se no decorrer do estudo, face à observação de uma realidade educativa, que exige uma análise pormenorizada e fundamentada, a partir de estudos anteriores (Flick, 2005). Assim sendo, nossa fonte de dados começou com a pesquisa bibliográfica, sobre teorias e estudos referentes ao ensino e à aprendizagem da leitura e escrita, numa perspectiva de educação para cidadania. De acordo com Minayo (2007), o investigador deve partir dos conhecimentos anteriormente

construídos, por outros estudiosos, sobre o tema em questão, dado que suas pesquisas podem e devem servir de ponto de partida para estudos posteriores.

Na pesquisa, foram aplicadas entrevistas estruturadas a professores e um inquérito por questionário a alunos, este último incluindo, maioritariamente, questões abertas. Desta forma, investigamos professores e alunos, averiguando suas concepções sobre o ensino aprendizagem da leitura e escrita, numa educação para cidadania.

O INQUÉRITO POR ENTREVISTA

A entrevista é salientada, por Oliveira (2007, p. 86), como um “excelente investimento de pesquisa, por permitir a interação entre pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrição detalhada sobre o que se está pesquisando”. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 135), “a maior parte das entrevistas começa por uma conversa banal”. No caso das entrevistas estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas, os cuidados na condução são muito semelhantes. Richardson (1999, p. 216) sugere que “o anonimato do entrevistador e o sigilo das respostas seja assegurado”. Em linhas gerais, os cuidados dizem respeito a não influenciar as respostas, colocar-se em uma postura de ouvinte e procurar manter um bom ambiente, amigável e estimulador. No estudo, utilizamos, como técnica de coleta, a entrevista estruturada. De acordo com May (2004), o seu caráter é fechado, ou seja, o entrevistado responde às perguntas dentro de sua concepção, porém de acordo com questões previamente delineadas, pois o pesquisador não deve perder de vista o seu foco. Gil (1999, p.120) explica que o entrevistador coloca algumas questões problematizadoras e, embora permita ao entrevistado responder livremente, não se desvia do tema original. Percebe-se que, nesta técnica, o pesquisador, para realizar a entrevista, deve possuir um conhecimento aprofundado do assunto.

Na entrevista, o investigador deve seguir uma lista de questões ou tópicos para serem respondidos, ou seja, um guião, elaborado previamente (Mattos, 2005).

Após a realização das entrevistas, que devem ser registadas integralmente, por escrito ou audiogravadas, segue-se a fase de transcrição e análise de conteúdo (Laville & Dione, 2007). A análise de conteúdo de uma entrevista apenas pode ser feita se esta tiver sido previamente registrada. Para Gil (1999, p.125), “o único modo de reproduzir com precisão

respostas é registrá-las durante a entrevista, mediante anotações ou com uso de um gravador

O autor lembra que seja solicitada, ao entrevistado, a necessária autorização para gravação. Também May (2004, p.164) salienta que o uso do gravador “permite que o entrevistado concentre-se na conversa e registre os gestos não verbais do entrevistado durante a entrevista”.

A análise e interpretação, das respostas a um inquérito por entrevista, devem ser consolidadas pela análise de conteúdo (Bardin, 2006). Este tipo de análise é usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. A análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e permite atingir uma compreensão de seus significados, num nível que vai além de uma leitura comum (Stake, 2009). De acordo com Bardin (2006, p. 38), a análise de conteúdo consiste num “conjunto de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos das mensagens”. Seguindo os pressupostos semânticos de interpretação de mensagens e enunciados, a análise de conteúdo deve ter, como ponto de partida, a estruturação do próprio discurso (Flick, 2005).

As diferentes fases de análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos, conforme explicitado por Bardin (2006):

1. Pré-análise - fase em que se organiza o material a ser analisado, com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita, com quatro etapas: 1ª leitura fluente; 2ª escolha de documentos; 3ª formulação de hipóteses de leitura e objetivos; e 4ª referência dos índices e elaboração dos indicadores, envolvendo a determinação de indicadores, por meio de recortes textuais do discurso;

2. Exploração do material - exploração com definição de categorias, o que vai possibilitar (ou não) a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a base de descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses de leitura e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase.

3. Tratamento de resultados, inferência e interpretação - esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados. Ocorre através da condensação e do realce das informações,

culminando nas interpretações inferenciais, subjacentes a uma análise reflexiva e crítica.

Assim sendo, a análise de conteúdo tem, como objetivo, ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura, através da sistematização e categorização da informação (Stake, 2009), de forma a enriquecer uma leitura crítica, neste caso de respostas a inquérito por entrevista.

O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Com o intuito de obter mais informações, relativamente às percepções dos alunos, selecionamos também o inquérito por questionário, como instrumento de recolha de dados. Segundo Rodrigues (2006), o inquérito por questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma lista de questões relacionadas com o problema da pesquisa. Apresenta, como vantagens, a aplicação, em simultâneo, das mesmas questões a um número alargado de inquiridos, o que facilita a comparação e triangulação dos dados obtidos. Na caracterização de Tuckman (2000) e Gressler (1989), um questionário deve ser simples, com questões diretas e corretamente formuladas. Antecipadamente, o pesquisador deve assegurar aos respondentes que os dados recolhidos serão preservados e não serão cedidos a terceiros.

Ao elaborar as questões, de acordo com os objetivos, devem ser propostas frases sem ambiguidades, que conduzam às respostas pretendidas, de forma a não insinuarem outras colocações. Se o questionário for respondido na ausência do investigador, deverá ser acompanhado de instruções minuciosas e específicas (Tuckman, 2000).

No que se refere ao tipo de questões, podem ser fechadas ou abertas. Quanto às primeiras, Andrade (1999, p. 131) afirma que as “perguntas fechadas são aquelas que indicam opções de respostas ou se limitam à resposta afirmativa ou negativa e já trazem espaços destinados à marcação da escolha.” Ou seja, privilegiam uma análise objetiva e sistematizada dos dados. Em contraste, Cervo (2007) explica que as questões abertas permitem obter respostas livres, recolhendo informações mais ricas e variadas. Contudo, são codificadas e analisadas com mais dificuldade, devido à complexidade da linguagem.

A utilização de questões fechadas e abertas, num tipo de questionário misto, é pertinente, porque conjuga as vantagens dos dois tipos de questões, usando, por exemplo, questões fechadas, para a recolha de dados identificativos, e questões abertas, para o registo das opiniões dos participantes, enriquecendo a análise. Contudo, como reforça Tuckman (2000), tudo depende do design e objetivos da

investigação, pois o que é adequado para uma pesquisa, pode não o ser para outra.

Tendo em conta as especificidades enumeradas, optamos por concretizar um inquérito por questionário a alunos, usando maioritariamente questões abertas. Foram privilegiadas questões norteadoras sobre a aquisição e aprofundamento de competências de leitura e escrita, em relação com a construção da cidadania. Esta foi a nossa opção no inquérito por questionário, na intenção de inquirir as percepções de um conjunto de alunos, do Ensino Fundamental. A utilização deste instrumento de recolha de dados potenciou o cruzamento com as opiniões dos docentes, recolhidas no inquérito por entrevista, possibilitando a comparação das percepções de alunos e professores.

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

No que se refere à caracterização dos entrevistados, os resultados apresentam-se na tabela que se segue.

Concepção de leitura predominante no Ensino Fundamental

Categoria 1	Subcategorias	Ocorrências
Concepção de leitura no Ensino Fundamental	Visão tradicionalista	4
	Visão normativa	3
	Leitura passiva sem análise crítica	3
	Leitura significativa de textos diversificados	2
	Processo contínuo de compreensão de significados	2
Total de ocorrências		14

Após a transcrição das entrevistas, foi feito o recorte semântico do discurso, seguindo-se a respectiva análise. No que se refere à primeira categoria de análise, observamos que a maioria dos docentes entrevistados reconhece que, no Ensino Fundamental, ainda subsiste uma visão tradicionalista (4 ocorrências) e normativa (3), que se traduz em uma leitura passiva, sem análise crítica (3), em sala de aula. Contudo, nas subcategorias, referenciam a mudança que, gradualmente, tem vindo a ocorrer no ensino-aprendizagem, visando uma leitura significativa, por parte do aluno, de textos diversificados (2), num processo contínuo de compreensão de significados (2), que decorre de um envolvimento do aluno no ato de ler.

Como afirmam os professores, na entrevista:

Prof.1: “A concepção de leitura que predomina no Ensino Fundamental sempre trouxe uma visão tradicionalista que se baseia na pronúncia das palavras, ou seja, na simples reprodução do som de acordo com o que a norma considera “certo”. Nesta concepção, o campo semântico sempre foi descartado e a visão tradicionalista compromete a capacidade de reflexão e ação que esperamos dos alunos em relação ao texto”.

Prof.3: “No que observo, a leitura no Ensino Fundamental é utilizada de forma muito tradicional. Aos poucos a forma da leitura em sala de aula vai evoluindo. Acredito que a formação continuada aos docentes deve auxiliar para uma leitura mais significativa”.

Prof.5: “Hoje, podemos descrever que a concepção de leitura no Ensino Fundamental II Fase está focada num processo contínuo de usar a leitura em todos os Componentes Curriculares e é buscando incansavelmente o aperfeiçoamento e o crescimento do “ler” como interpretação diversificada numa produção com significados”.

Prof.6: “Todos os tipos de leitura, pois a leitura é uma das formas mais eficazes de desenvolvimento dos indivíduos. O ato de ler deve fornecer ao leitor um entendimento daquilo que ele está lendo”.

Prof.7: “Não há como negar que ainda persiste uma concepção de leitura tradicional, marcada quase que exclusivamente pelo estudo dos textos contidos no livro didático adotado em sala de aula pelo professor. Mas esta realidade já está mudando, pois muitos docentes já trabalham com textos diversificados, a partir de diversas fontes, tais como: jornais, revistas, literatura em geral, quadrinhos”.

Concepção de escrita predominante no Ensino Fundamental

Categoria 2	Subcategorias	Ocorrências
Concepção de escrita no Ensino Fundamental	Escrita ligada à concepção de leitura tradicional	5
	Visão normativa	4
	Norma culta da escrita	3
	Produção de textos diversos	3
Total de ocorrências		15

ENTREVISTA AOS PROFESSORES (2014).

Observamos que a maioria dos professores entrevistados reconhece que, no Ensino Fundamental, a escrita está ligada à concepção de leitura tradicional (5 ocorrências), normativa (4), seguindo os padrões da norma culta (3). Por isso, referenciam as mudanças que poderão ocorrer com as produções de textos diversificados (3), em sala de aula. Como afirmam os entrevistados:

Prof. 1: “A concepção de escrita que domina no Ensino Fundamental também vem correlacionada com o método de ensino e aprendizado quando se refere à leitura. Para o docente com tendência tradicional, a escrita é mais importante que a língua, entender, entendido e a intenção, vêm em segundo plano em relação ao seu pensamento. Ou seja, o aluno tem algo a dizer e deixa de fazer por não encontrar ou dominar o que a norma padrão exige”.

Prof. 5: “Bastante relacionada à concepção de leitura, a escrita predomina no Fundamental II como competência de fazer da oralidade, mecanismo que descreve ao educando possibilidades de se transformarem paulatinamente em cidadãos criadores de novos saberes, críticos e autônomos, se apropriando da escrita para aprender de variadas formas de produção textual.”

Prof. 7: “A escrita que predomina no Ensino Fundamental é a escrita marcada pela preocupação de seguir e respeitar a norma culta da língua. Quando a escrita do aluno está carregada de sua própria experiência de vida e aprendizagem social, o padrão culto da língua se impõe como aquela unicamente válida e aceita pela escola.”

Prof. 8: “A escrita está atrelada aquilo que ler, neste contexto é importante a interação entre o autor e o leitor, no ato da leitura. Então, seria interessante o uso de outras linguagens”.

Entre os docentes citados, observamos que o Prof. 1, o Prof. 7, e o Prof. 8 estão preocupados com o desenvolvimento da escrita, em ligação com outras vertentes da linguagem. O Prof. 5 argumenta que a leitura e escrita predominam como competências essenciais, para crianças e jovens se transformarem em “cidadãos criadores de novos saberes, críticos e autônomos”.

Por sua vez, o Prof. 2 trabalha pouco a escrita, por acreditar que o aluno, antes de dominar a escrita, tem que dominar a fala e a compreensão da leitura. O Prof. 3 e o Prof. 4 acreditam que, para melhorar o desenvolvimento da escrita, é necessário melhorar o apoio pedagógico dado aos professores. O Prof. 6 salienta que a produção de texto é o ponto de partida, para desenvolver a escrita.

De acordo com o que foi relatado pelos docentes entrevistados, observamos uma escrita voltada para regras padronizadas, legitimando a língua oficial, ou seja, a norma. Constatamos, ainda, a percepção que o desenvolvimento da escrita, em contexto escolar, é primordial para que o aluno possa comunicar com o outro e entender o mundo. Assim, a criança precisa desenvolver, através do treino, capacidades e habilidades específicas, ultrapassando as suas dificuldades e aprofundando o domínio da linguagem (Marcuschi, 2001).

CONCLUSÃO

A nossa investigação fortaleceu a certeza de que o caminho para o exercício da cidadania passa pela leitura e escrita. Embora, segundo Freire (2008), ninguém ensine ninguém a ler e escrever, pois o aprendizado é, em última instância, solitário, o mesmo desencadeia-se e desenvolve-se na convivência com o outro e com o mundo.

Neste processo, o professor destaca-se como um profissional comprometido com o projeto de leitura e escrita, apresentando estratégias para orientar seus alunos, tornando-se um orientador e um mediador, abrindo espaços, lançando desafios e desenvolvendo competências, nas dimensões cognitivas, emocionais, sensoriais e culturais. As suas funções, na promoção de aprendizagem da leitura e escrita, para o exercício da cidadania, implicam uma concepção social da educação e, por conseguinte, do seu próprio papel social. Somente a reflexão e o compromisso com esse papel poderão configurar um projeto social, no qual se inserem e se inter-relacionam cidadãos críticos, participativos e conscientes. Gerar uma aprendizagem significativa é parte de uma concepção de um projeto educacional libertador, na linha de Freire (2005), que vem nos alertar para o comprometimento com uma educação libertadora, consciente, intencionada ao mundo.

Por esse motivo, "a cidadania não é, contudo, uma concepção abstrata, mas uma prática cotidiana. Ser cidadão não é simplesmente conhecer, mas sim, viver" (Pinsky, 2008, p. 96). Como mostra a pesquisa efetuada, os professores persistem numa luta incessante por uma leitura e escrita que priorize o educando como cidadão consciente, crítico, responsável pelos seus deveres, porém buscando seus direitos, no meio social em que vive.

Compreendemos que muitas das questões levantadas, nesta investigação, podem funcionar como ponto de partida, para futuras investigações. Assim, acreditamos que as reflexões despertadas possam servir para reforçar a

discussão científica na área, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias, que possibilitem a formação de leitores e escritores autônomos e críticos, numa perspectiva de formação para a cidadania.

Referências

- Alarcão, I. (2007). *Professores Reflexivos em uma escola reflexiva* (5ª ed.). São Paulo: Cortez
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos* (M. Alvarez, S. Santos, T. Baptista, Trad.). Porto: Porto Editora.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Freire, P. (2008). *A Importância do Ato de Ler em Três Artigos que se Completam* (49ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (A. Parreira, Trad.). Lisboa: Ed. Monitor.
- Gressler, L. A. (1989). *Pesquisa educacional* (3ª ed.). São Paulo: Loyola
- Kleiman, A. (2008). *Leitura, Ensino e Pesquisa* (3ª ed.). Campinas: Pontes Editores
- Laville, C., & Dionne, J. (2007). *A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre e Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mattos, P. L. C. L. (2005). A Entrevista não estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. In *Rev. Adm. Pública* (4) 39, 823-847.
- Minayo, M. C. S. (2007). (Org). *Pesquisa social: Método e criatividade* (25ª ed.). Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes.
- Marcuschi, L. A. (2001). *Da fala para escrita, atividades de textualização* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.
- Pinsky, J. (2008). *Cidadania e educação* (9. ed., 1ª Reimpressão). São Paulo: Contexto
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Saviani, Dermeval. (2008). Escola e Democracia (40ª ed.). Campinas-SP: Brasiliense.

Stake, R. (2009). A Arte da Investigação com Estudos de Caso (2.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tuckman, B. (2000). Manual de Investigação em Educação (L. Rodrigues, Trad., 4.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.